



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE FONOAUDIOLOGIA

LARISSA MESSIAS SARMENTO

IDENTIFICAÇÃO DE ESCOLAS QUE POSSUEM
ESTUDANTES SURDOS EM SALVADOR:
ESTUDO DE UM RECORTE

Salvador – BA

2018

LARISSA MESSIAS SARMENTO

**IDENTIFICAÇÃO DAS ESCOLAS QUE POSSUEM
ESTUDANTES SURDOS EM SALVADOR:
ESTUDO DE UM RECORTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Graduação em Fonoaudiologia da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Fonoaudiologia.

Orientadora: Prof. Dra. Desirée De VitBegrow

Salvador – BA

2018

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	04
2.	METODOLOGIA	06
3.	RESULTADOS	07
4.	DISCUSSÃO	12
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
6.	REFERÊNCIAS	22

Resumo

Objetivo: Caracterizar um recorte de escolas públicas da cidade de Salvador, Bahia que possuam estudantes surdos matriculados identificando a organização escolar, incluindo autodenominação, presença de intérpretes, Sala de Recursos Multifuncionais, conhecimento de Libras dos professores, inserção educacional e quantidade de alunos surdos matriculados. **Métodos:** Este estudo possui uma abordagem quantitativa e qualitativa tendo como principais participantes três Escolas Municipais e seis Escolas Estaduais. As informações utilizadas fazem parte do banco de dados do Projeto PAIS – Projeto para Acolhimento, Informação e Suporte à familiares de surdos e os dados foram coletados no período de Setembro à Dezembro de 2017. **Resultados:** Os resultados mostram que a caracterização das escolas está de acordo com o esperado pela Legislação e Sistema Educacional Brasileiro. Com relação à presença de intérpretes ainda é inferior ao necessário, assim como o número de professores que possuem algum conhecimento de Libras não é suficiente para a quantidade de alunos matriculados, sendo no ano de 2017 um total de 188 alunos surdos nas nove escolas investigadas por este trabalho. **Conclusão:** Conclui-se que o espaço educacional existente na cidade de Salvador ainda não se configura como o ideal para o processo e progresso do estudante surdo devido à falta de preparo das instituições e dos profissionais que lidam diretamente com a educação dos mesmos. Ou seja, a caracterização das Escolas Municipais e Estaduais não estão de acordo com o almejado pela comunidade surda, já que não possui um ambiente educacional que leva em consideração a especificidade do aluno surdo.

Palavras-chaves: Educação, Surdez e Fonoaudiologia

Abstract

Objective: To characterize a cut of public schools in the city of Salvador, Bahia, with registered deaf students, identifying the school organization, including self-identification, interpreters' presence, Multifunctional Resources Room, BSL teachers' knowledge, educational insertion and number of registered deaf students. **Methods:** This study has a quantitative and qualitative approach, with main participants, three Municipal Schools and six State Schools. The used information are part of the database of the Project PAIS - Project for Reception, Information and Support to the Deaf's Families, and data were collected from September to December 2017. **Results:** The results show that the characterization of the schools is according to the expected by the Brazilian Educational System and Legislation. In relation to the presence of interpreters, is still less than necessary, as well as the number of teachers who have some knowledge of BSL is not enough for the number of registered students, being in the year of 2017 a total of 188 deaf students in the nine schools investigated by this job. **Conclusion:** It is concluded that the educational space in the city of Salvador is not yet the ideal for the process and progress of the deaf student because of the lack of preparation of the institutions and professionals who deal directly with their education. That is, the characterization of the Municipal and State Schools is not in agreement with the desired by the deaf community, because it doesn't have an educational environment that considers the specificity of the deaf student.

Palavras-chaves: Education, Deafness, Speech Therapy.

Introdução

Atualmente observa-se um movimento intenso da comunidade surda em uma busca pela qualidade da educação oferecida no país às crianças e jovens surdos, bem como o acesso posterior destes, ao ensino superior e por consequência, a discussão também, da inserção no mercado de trabalho. Desta forma, é fato que ainda se observa a existência de déficits no aprendizado do aluno surdo devido à falta de preparo das escolas e até mesmo, em alguns casos, de professores. Contudo, não devemos culpabilizar estes profissionais, devido à grande carga cultural social que recai sobre a escola e seus atores e que na realidade, a responsabilidade sobre o processo educacional do surdo é amplo e que envolve toda a sociedade e não apenas, um aspecto desta.

Como mencionado, o movimento da comunidade surda que tem se intensificado na atualidade deve estar apoiado nas leis e decretos, já que estes mostram como as Instituições de ensino e a educação como um todo, precisam preparar-se e organizar-se, porém nem sempre o texto legal é efetivado completamente devido à falta de recursos e investimentos governamentais.

De acordo com Lacerda, Santos e Martins (2016), as leis interferem diretamente no processo de ensino aprendizagem, porém são passíveis à modificações na organização escolar e educacional. Consequentemente, um profissional da Educação Pública, por estar inserido neste espaço educacional, deve estar preparado para adaptar-se às políticas públicas assim como à realidade existente na educação do país no presente momento.

Portanto, é relevante buscar a caracterização das escolas a fim de dar visibilidade sobre como se encontra o sistema público de ensino ofertado para indivíduos surdos na cidade de Salvador, Bahia. Sabemos que muito ainda há por melhorar do sistema educacional brasileiro como um todo, mas no que tange à especificidade abrangida pelo processo de educação inclusiva, é necessário que se atente às individualidades e peculiaridades do público a ser acolhido por esta.

Pesquisar sobre a educação é essencial, ainda mais em relação à Educação dos Surdos, que muitas vezes não se dá a atenção necessária já que precisam de um ensino diferenciado e que atenda às suas particularidades com estrutura escolar apropriada e profissionais preparados linguisticamente para tal papel na vida acadêmica da pessoa surda.

Nos dias atuais, ainda encontramos algumas escolas que não conseguem cumprir com a maioria dos aspectos evidenciados na legislação, como presença de intérpretes de forma a garantir adequada mediação linguística aos estudantes, capacitação dos profissionais envolvidos, adequação de materiais, etc., e ainda assim recebem alunos surdos. Ou seja, grande parte dos surdos e seus familiares, por não terem conhecimento sobre os direitos que esta comunidade possui, não exigem tais adequações, como as mencionadas acima, por exemplo, o que retarda ainda mais a adequação da escola para esta população.

Daí a importância de se debruçar sobre esse assunto, já que a comunidade surda presencia diariamente um déficit na educação devido a forma de condução da mesma, sendo que, na maioria das vezes, o surdo é culpabilizado, estereotipado como incapaz, uma vez que o sistema educacional existente não está suficientemente preparado para atender às demandas necessárias para essa população.

Observa-se que, progressivamente, a legislação brasileira oferta avanço importante na educação para pessoas com deficiência e dentre estes, as pessoas surdas, porém ainda há aspectos que são distantes de se efetivarem, já que as leis, de uma forma geral, não são claras e não definem os rumos os quais devem ser tomados, além de ser passível à distorções. Isto significa dizer que há legislação, mas mesmo assim, é possível que não se consiga que esta, efetive por si só uma educação de qualidade, sendo necessário ação intensa da população interessada atuando como agente fiscalizador.

Ademais, a sociedade como um todo, ou o poder público na execução da legislação, não assegura o cumprimento das determinações presentes principalmente no decreto 5.626/2005, pois consta a necessidade de formação em Libras para indivíduos de nível superior, como os pedagogos e demais licenciados, assim como os fonoaudiólogos que lidam diretamente com essa educação bilíngue, mas como não se determina a forma de realização disso, essa formação é feita geralmente sem critérios. Do mesmo modo, entre o texto da lei e a prática, há um espaço muito grande e que cabe aos profissionais de educação colocarem em ação e ainda, tais questões entram em choque com outras políticas do estado com relação ao processo de inclusão educacional provocando de certa forma, conflito conceitual e nos próprios investimentos e esclarecimentos sociais.

Assim, este trabalho busca conhecer a estrutura organizacional das escolas municipais e estaduais de Salvador com alunos surdos matriculados, desde sua composição e funcionamento até a formação docente traçando um perfil do que estava disponibilizado na cidade no ano de 2017, a partir de um pequeno recorte de dados do Projeto PAIS—Projeto para Acolhimento, Informação e Suporte à familiares de surdos que tem como principal objetivo servir como ponto de referência aos familiares ou pessoas interessadas sobre a temática sendo uma das formas de prestação do acolhimento, dentre todas as demais ações desenvolvidas, encontros com conversas a partir da demanda dos próprios para facilitar e apropriar os familiares e interessados sobre o que rodeia a comunidade surda.

Desta forma, olhar para a organização das instituições educacionais presentes na cidade é relevante face a necessidade de conhecer a realidade das escolas de surdos retratando a atual situação oferecida aos alunos surdos e promover espaço de reflexão que pode ser utilizada tanto pelas próprias instituições educacionais quanto pela academia ou o poder público em suas ações político-educacionais.

A partir de toda essa argumentação aqui apresentada sobre a pessoa surda, é necessário ainda, que se esclareça um ponto adicional, pois levando em consideração que a comunidade surda não gosta de ser nomeada como deficiente, e não o são efetivamente, sendo apenas pessoas que possuem uma diferença, os termos de deficiência utilizados neste estudo, são devido ao vocabulário presente nos documentos consultados como leis e decretos e sites oficiais. Sendo assim, essa nomenclatura que permeia todo esse texto condiz com o respeito às fontes de consulta, porém, ideologicamente compactua-se com a pessoa surda que socialmente se estabelece a partir de sua diferença linguística e nada mais.

Métodos

Este trabalho trata-se de um estudo de corte transversal descritivo com abordagem qualitativa e quantitativa, aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa no Instituto de Ciências da Saúde, com o número de parecer 2.260.473. Foi realizado através de dados coletados pelo Projeto PAIS, na cidade de Salvador, Bahia tendo como principais participantes Escolas Municipais e Estaduais.

As informações que foram utilizadas nesta investigação compõem o banco de dados do Projeto de extensão denominado PAIS. Este projeto está regularmente registrado no Sistema de Registro e Acompanhamento de Atividades de Extensão da UFBA – SIATEX e por tratar-se de um projeto bastante amplo e com diferentes linhas de ação, sendo uma destas conhecer a relação de escolas públicas, estaduais e municipais, desenvolvidas pelos estudantes bolsistas do Projeto, a fim de fazer visita quando na ocorrência de estudantes surdos matriculados para verificar a estrutura e organização e prestar informação aos familiares participantes do projeto. Nas visitas às escolas, foi aplicado um formulário, que está em anexo neste trabalho e que compôs os dados desta investigação.

Desta forma, todas as escolas visitadas para o Projeto PAIS, como Atividade de Extensão, foram novamente procuradas a fim de assinarem o Termo de Consentimento Pós-Informado para uso das informações com fins de pesquisa uma vez que no projeto original o objetivo não é investigativo e sim, assistencial.

Os dados foram analisados de forma quantitativa, através de tabela simples e gráficos para facilitar a visualização dos dados pertinentes ao estudo. Além de ter sido feita análise qualitativa dos dados obtidos nas entrevistas feitas pelo PAIS nas escolas, na tentativa de discutir e refletir sobre a realidade de um recorte das escolas existentes na cidade de Salvador.

Resultados

Este estudo que surgiu da necessidade de conhecer as escolas comuns inclusivas na cidade de Salvador e produziu diferentes reflexões, principalmente pelo fato da grande dificuldade de acesso e variedade das informações oficiais, presentes nas listas de escolas disponibilizadas pela Secretaria Municipal e Estadual de Educação, e as encontradas no campo o que dificultou a realização de forma mais efetiva da pesquisa de campo, feita por membros do projeto PAIS, no qual se tomou como base de dados para este trabalho. Entendendo que o PAIS precisa de informações consistentes a fim de subsidiar o dia a dia das famílias quanto ao processo educacional dos filhos surdos, tornar estas informações públicas do ponto de vista da academia, mostra-se fundamental de forma a evidenciar, socialmente, debilidades e potencialidades educacionais para a população surda na cidade de

Salvador e assim, chamar atenção de gestores para as especificidades necessárias de melhoria da área.

Uma vez que o banco de dados no qual nos sustentamos para desenvolver a presente investigação está parcializado devido às dificuldades de acesso a informação conforme mencionado acima, obviamente que este estudo também pode apresentar lacunas, os quais pretendemos minimamente superar a partir do apoio na literatura assim como numa reflexão crítica sobre os achados.

Desta forma segue-se à apresentação dos resultados encontrados nos questionários aplicados através do projeto PAIS durante visitas às escolas. Os dados serão apresentados a partir da caracterização de um recorte sobre algumas escolas da cidade de Salvador, tanto na esfera Estadual quanto na Municipal. Em face de que os dados obtidos pelo projeto, base deste estudo não estão completos, aqui será apresentado apenas um recorte da situação a partir da caracterização de poucas escolas que acolhem alunos surdos da cidade de Salvador. Serão apresentados os dados de forma a dar visibilidade aos resultados e posteriormente serão analisados quantitativa e qualitativamente a fim de atender aos objetivos deste estudo e que diferem dos objetivos do PAIS.

De acordo com a Secretaria Municipal de Educação¹(SMED) há um total de 441 Escolas Municipais em Salvador. Destas, obteve-se informação da mesma secretaria quanto a existência de 92 escolas com matrícula de alunos com Deficiência Auditiva (este termo foi utilizado por ser o descritor na matrícula escolar no site da SMED) no ano de 2017.

A partir dos relatórios de visitas do PAIS, do universo de 92 escolas com matrícula de alunos surdos na cidade, houve dificuldade de contato com 35 destas, sendo relatado motivos diversos que impediram o acesso às mesmas. Além disso, do número total das 92 escolas informadas pela SMED com matrícula de alunos surdos na cidade de Salvador, o PAIS relatou que contactou via telefone com 57, sendo identificado que em 31 há alunos surdos matriculados. Destas, no período em que este estudo se destina, foi possível obter dados de apenas três escolas em face ao tempo hábil para a visita do projeto às mesmas, devido aos procedimentos necessários para visita solicitados pela SMED e férias escolares.

¹<http://www.portal.educacao.salvador.ba.gov.br/site/educa-numeros-escolas.php> acessado em: 19 de Novembro de 2017

De qualquer forma, o Projeto PAIS continua com seus objetivos de visitação às escolas, mas dados posteriores não mais serão analisados neste estudo.

Em relação às Escolas Estaduais em Salvador há um total de 231 estabelecimentos de ensino de acordo com informações da Secretaria de Educação da Bahia². Destas, apenas em 22 há informações de matrícula de estudantes surdos. A partir dos relatórios do PAIS, constatou-se que houve visitação em seis, pelos mesmos motivos das escolas Municipais já mencionados.

A partir destas informações, precede-se a seguir a apresentação dos dados coletados a partir das visitas às escolas estaduais e municipais da cidade de Salvador pelo projeto PAIS utilizando como instrumento, um roteiro simples para guiar o diálogo com os gestores dos estabelecimentos de ensino mencionados.

Como forma de diferenciação, e para não haver quebra de anonimato das instituições, as escolas estaduais estão representadas por letra sendo elas: Escola A, Escola B, Escola C, Escola D, Escola E, e Escola F. Já as Escolas Municipais, foram numeradas, sendo estas, Escola 1, Escola 2 e Escola 3.

Pelo levantamento feito nos questionários aplicados durante as visitas, com o objetivo de identificar a estrutura organizacional das escolas com alunos surdos matriculados, verificou-se que das seis escolas Estaduais visitadas, cinco delas autodenominam-se como Escola Regular Inclusiva e uma como Escola Especializada (Escola F). Das três escolas Municipais, duas autodenominam-se apenas como Escola Regular e uma se autodenominou como Escola Regular Inclusiva.

A partir desta informação, pensando na composição de seriação das escolas visitadas pelo PAIS pode-se constatar que as escolas estaduais oferecem Ensino Fundamental I, Ensino Fundamental II, Ensino Médio e EJA, dispendo de atividades nos três turnos e as municipais dispõem apenas de Ensino Fundamental I e II nos turnos matutino e vespertino, estando de acordo com o processo de ensino descrito e determinado pelo Sistema Educacional Brasileiro.

Com o objetivo de tentar entender um pouco melhor a inclusão educacional de estudantes surdos no processo de escolarização em escolas da rede pública foi feito levantamento da quantidade de alunos matriculados nas Escolas no ano de 2017 tomados a partir do questionamento aos entrevistados à pergunta: “Quantos

²<http://escolas.educacao.ba.gov.br/escolas>. Acessado em: 19 de Novembro de 2017.

estudantes surdos/deficientes auditivos estão matriculados na escola neste ano?”. Segue Gráfico 1 das escolas Estaduais e Municipais.

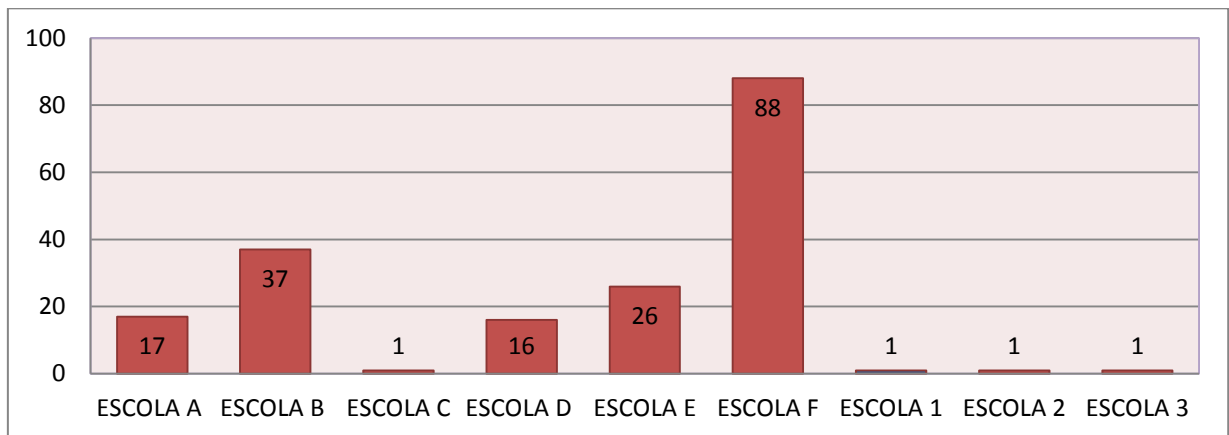


Gráfico 1: Quantidade de alunos surdos matriculados nas Escolas Estaduais (A,B,C,D,E,F) e Municipais (1,2 e 3)

Em todas as escolas Estaduais foi possível perceber com a entrevista, que os alunos surdos são distribuídos para que fiquem nas mesmas salas de aula e nas suas respectivas séries. Muitos desses alunos ficam na mesma sala com estudantes com outras deficiências, como por exemplo, baixa visão. Isto significa que os docentes devem atender a estudantes ouvintes, surdos e ainda outras especificidades variadas implicando na adequação da atenção prestada a cada particularidade, estratégias pedagógicas e materiais.

Um dado importante encontrado em algumas das entrevistas realizadas pelo Projeto PAIS, é que nem todos os estudantes surdos utilizam Libras. Levando em consideração que os alunos têm faixa etária acima de 12 anos, do ponto de vista da Fonoaudiologia, pode-se deduzir que estas crianças e adolescentes tem um contato tardio com a Libras.

Outro ponto importante ressaltado nas entrevistas com as escolas é sobre a formação dos profissionais docentes a fim de atender aos alunos surdos. A partir dos dados obtidos, podemos perceber que nas Estaduais, de acordo com relatos dos respondentes da entrevista, há três escolas que possuem professores que sabem Libras, porém somente na escola F os professores ministram aula em Língua Brasileira de Sinais. Já nas escolas Municipais, nenhum possui esta formação específica, que é de extrema importância para que haja uma interação linguística durante o processo educacional. Além da Libras, todos os professores possuem licenciaturas nas diversas áreas como por exemplo, matemática, história, ciências biológicas. Esse dado mostra a formação acadêmica dos docentes, mas como não

temos detalhes neste sentido, não podemos inferir que no processo formativo de ensino superior tenham recebido a disciplina de Libras assim como pressupõe o Decreto 5.626/2005 tornando obrigatória essa formação a todas as licenciaturas o que já garantiria algum conhecimento, mesmo que insuficiente.

Neste sentido, e pensando nas escolas Estaduais e Municipais que já foram visitadas, obtivemos informações sobre sua estrutura e corpo docente. Somando as nove escolas com entrevistas feitas, obtivemos um total de 56 professores que têm algum conhecimento de Libras nas escolas municipais e estaduais, conforme condensados na Tabela 1.

Tabela 1 - Total de alunos matriculados em 2017 e total de professores que possuem algum conhecimento de Libras nas Escolas Municipais e Estaduais.

ESCOLAS	Total de alunos surdos matriculados	Total de professores que sabem Libras
Escola A	17	2
Escola B	37	4
Escola C	1	2
Escola D	16	1
Escola E	26	17
Escola F	88	30
Escola 1	1	0
Escola 2	1	0
Escola 3	1	0
Total	188	56

Observa-se a partir dos dados da tabela e de acordo com relatórios emitidos pelo projeto PAIS, que apenas na Escola F, dos 30 professores que sabem Libras, há seis que são fluentes nesta língua.

Pensando na organização escolar, distribuição dos alunos e inserção dos professores, deve-se considerar a importância do Intérprete de Libras no ambiente escolar, sendo assim, houve o questionamento através do Projeto PAIS sobre a sua presença nas atividades educacionais, apresentando os números encontrados no Gráfico 2.

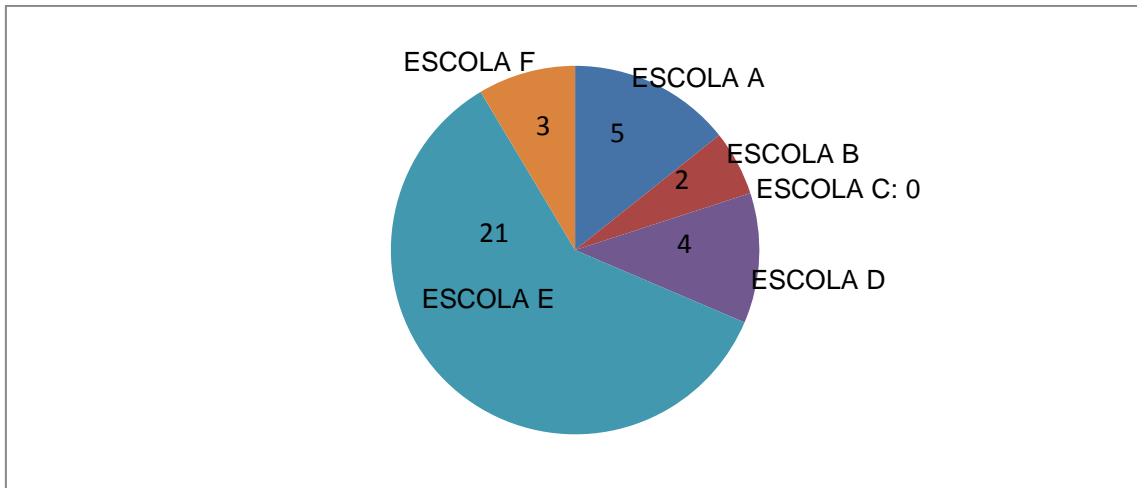


Gráfico 2: Quantidade de intérpretes presentes nas Escolas Estaduais

Todas as escolas Estaduais que possuem intérpretes, afirmaram que estes atuam em todas as disciplinas, exceto na escola F (Especializada) que as aulas são ministradas em Libras pelos próprios professores.

Quanto à presença de intérpretes nas Escolas Municipais, as três visitadas pelo projeto PAIS não possuem este profissional na sua equipe escolar.

Ainda no que diz respeito à Estrutura organizacional do ambiente educacional, observa-se a existência da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) que tem o objetivo de suplementar essa organização escolar tendo suas atividades no turno oposto ao das aulas. Nos dados coletados é possível observar que nas escolas Estaduais todas possuem SRM e nas escolas Municipais apenas uma possui.

Assim e a partir do exposto até aqui, se seguirão as discussões que nos permitirão alcançar os objetivos propostos nesta investigação, bem como, entender como está organizada a escola onde os surdos estudam na cidade de Salvador.

Discussão

Para se compreender melhor sobre o recorte da caracterização das escolas que possuem estudantes surdos em Salvador, os resultados obtidos através das entrevistas realizadas pelo Projeto PAIS foram descritos e serão discutidos através de categorias de análise, sendo estas: Estrutura Organizacional, Inserção dos alunos surdos no âmbito escolar e Formação dos Professores.

A Categoria denominada Estrutura Organizacional tem por objetivo demonstrar como as escolas se constituem, como compõem sua organização interna, como lidam e se enxergam perante a educação dos surdos para garantir e proporcionar o desenvolvimento educacional do aluno. Nesta categoria se discutirão aspectos como: autodenominação, séries disponibilizadas nas escolas, presença de intérpretes e Sala de Recursos Multifuncionais.

Quanto à questão da autodenominação, as escolas são questionadas com o propósito de verificar como cada uma, não apenas se denomina, mas como se vê no processo educacional que é dirigido para o surdo, auxiliando-nos a entender quais aspectos as sustentam, quais são seus lugares de fala e luta no que diz respeito ao aluno surdo.

Ser uma escola regular, necessariamente já implica em que ela receba a qualquer aluno que a busque, seja ele surdo, ouvinte ou com qualquer alteração ou deficiência e, portanto, qualquer escola deveria ser inclusiva e não receber esse nome apenas porque tem matriculado algum aluno surdo ou com alguma deficiência. Ou seja, quando uma escola denomina-se “inclusiva” pode-se deduzir que a mesma se vê de forma diferente das demais escolas regulares que não têm alunos com deficiência matriculados.

Isso nos faz refletir sobre o sistema educacional brasileiro que, possui legislação bastante importante para a inclusão de alunos com deficiência, buscando estratégias para facilitar o processo de ensino-aprendizado dos alunos considerados como deficientes nas escolas regulares. Porém, os atores que de fato fazem parte da composição escolar, ainda não se deram conta de que ter um estudante surdo ou com alguma deficiência matriculado na escola, não quer dizer que esta instituição é diferente, significa apenas que o corpo docente, diretores e demais funcionários precisam levar em consideração as particularidades de cada aluno.

Neste sentido, não basta que a escola se chame inclusiva, mas é necessário que o quadro profissional educacional, assim como gestores compreendam a cultura surda porque é através dela que finalmente a escola ideal para o aluno surdo será efetivada. Assim, ainda há a necessidade de aplicar alguns aspectos das políticas públicas educacionais direcionadas ao surdo, contando com maior participação destes nessa construção já que lutam para que a educação seja ofertada na sua língua e respeitando sua diversidade cultural e identitária (SÁ, 2016).

A partir da Declaração de Salamanca (1994), no qual o Brasil é signatário, houve um movimento constante a fim de garantir o direito de todos à educação gerando legislação no país que pudesse afiançar o acordo firmado de forma que as crianças devem estar incluídas nas escolas próximas de onde residem e estas possuem o compromisso de receber a população de estudantes independente de terem qualquer especificidade produzindo assim, o movimento de inclusão educacional que temos hoje.

Da mesma forma, a Língua Brasileira de Sinais deveria igualmente estar inserida em território Nacional conforme determinado através do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 que trata da regulamentação da Lei de Libras (10.436/2002). Tal determinação tem abrangência em diferentes aspectos e frentes de ação, como por exemplo a formação no Ensino Superior dos profissionais que atuam com surdos, sobre a inserção de intérpretes de Língua de Sinais (LS) em locais públicos como em Fóruns, Escolas, Delegacias de Polícia, Cartórios, etc., e sobre a formação obrigatória em Libras para Fonoaudiologia, Pedagogia, Letras e demais licenciaturas.

Assim, os sistemas de ensino precisam reorganizar-se para ter profissionais que saibam Libras a fim de atenderem ao processo de inclusão, e assegurar a contemplação das necessidades educacionais destes alunos, pois entende-se que o processo de inclusão educacional não pode restringir-se à inserção do aluno surdo no ambiente educacional, mas mais que isso, o aluno precisa de um ambiente linguístico favorável tendo acesso à Libras de forma ampla e irrestrita e em todos os espaços e situações dentro e fora da sala de aula e preferencialmente, com todos que fazem parte deste *loqus* assim como já mencionado anteriormente (LACERDA; SANTOS; MARTINS, 2016). Ou seja, se todos os membros do ambiente escolar, principalmente os professores, que estão diretamente ligados aos alunos surdos se comunicassem de forma efetiva na Língua de Sinais, que é a L1 e a língua de conforto da comunidade surda, o surdo estaria de fato incluído neste ambiente educacional.

Isto significa, que é de extrema importância ter caminhos para lidar com a diferença, para que a educação não tenha barreiras e muito menos interrupções no processo. Assim, verifica-se que este é o objetivo do Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 que trata da Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado e também sobre a formação continuada para professores com o

objetivo de estabelecer a educação Bilíngue para alunos surdos. As disposições do Decreto estão diretamente relacionadas à tentativa de garantir um sistema educacional inclusivo sem haver exclusões e discriminação, tentando minimizar os danos da barreira linguística já citada neste trabalho.

É através deste Decreto mencionado que se institui o Atendimento Educacional Especializado (AEE), que é um conjunto de atividades e recursos pedagógicos e de acessibilidade implantados a fim de promover a inclusão educacional de alunos considerados deficientes matriculados no ensino regular. Tem como objetivo eliminar as barreiras para a plena participação dos alunos. Desta forma, em seu artigo 2º, caracteriza o AEE como um conjunto de atividades que ressaltam a individualidade do aluno e tem como objetivo eliminar qualquer barreira que atrapalhe essa escolarização. Observa-se que na atual característica educacional oferecida aos estudantes surdos, a inserção do AEE torna-se fundamental, uma vez que promove espaço mais adequado para o desenvolvimento das aprendizagens que esperava-se ocorrer no próprio espaço da sala de aula, mas em face às peculiaridades linguísticas do aluno surdo, isso não é aí alcançado, necessitando de maior atenção especialmente ofertada pela língua de mediação e estratégias pedagógicas adequadas que levem o aluno a efetivamente alcançar patamares de aprendizagens adequadas.

Apesar de termos o AEE disposto nas escolas, de acordo com Souza, Golveia e Tavares (2016), os atendimentos educacionais do nosso país ainda são muito precários. Existem altos níveis de reprovação e evasão escolar, os salários dos professores são baixos e os materiais disponibilizados e a estrutura física deixam a desejar. Ou seja, não havendo um ambiente adequado e investimento financeiro, fica extremamente difícil manter o interesse dos alunos em participar destes espaços, sem falar na sobrecarga do professor que precisa dedicar mais tempo para readaptações de materiais que não estejam satisfatórios, principalmente para os alunos surdos que necessitam de materiais específicos na Língua Brasileira de Sinais.

De acordo com os relatórios emitidos pelo PAIS, pode-se perceber que os docentes que constituem estes atendimentos possuem alguma especialização em Educação Especial, Educação Inclusiva, em surdez e pós-graduação em AEE. Na maioria das escolas os atendimentos são feitos de forma individual, com marcações de uma ou duas vezes na semana, como é o exemplo da escola C. Inclusive, os

encontros devem ser no contra turno e os materiais utilizados devem ser ofertados por meio a partir da Libras, assim como mencionado na lei.

Foram obtidas estas informações através do questionamento na entrevista realizada, sobre a presença ou não da Sala de Recursos Multifuncionais, já que a implementação é permitida a qualquer escola, seja ela Municipal ou Estadual que tenham registro de alunos com deficiência (incluem alunos surdos nesta denominação) no Censo Escolar MEC/INEP. Tem como principal objetivo ser um suporte físico e estrutural para o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Vê-se de forma bastante significativa a existência e manutenção das salas de recursos multifuncionais a fim de oferecer o AEE de forma mais adequada aos estudantes com deficiência nas escolas regulares de forma geral, especialmente a partir dos dados do Censo Escolar do IBGE 2017³, publicado em janeiro de 2018 em que são apontados os números de matrículas de crianças com deficiências nas escolas, tendo um aumento substancial em todos os níveis, educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Apesar de toda legislação e de o sistema educacional brasileiro estar vinculado à inclusão escolar, a comunidade surda defende e luta em favor da possibilidade de educação bilíngue e desta forma, torna-se importante discutirmos a respeito desta modalidade de educação.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) de 1996 todos têm o direito à educação gratuita e nesse, vê-se ressaltado o direito à educação escolar bilíngue e intercultural para povos indígenas, para assim proporcionar igualdade educacional respeitando as diferenças linguísticas e culturais dessa população. Porém, para a comunidade surda brasileira, somente no ano de 2015 a Educação Bilíngue foi mencionada na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, de 6 de julho, que trata em seu artigo 28º item IV que a educação bilíngue deve ser ofertada assim como a Libras deve ser utilizada como primeira língua para esta população. Conseqüentemente, a língua portuguesa escrita deve ser oferecida como a segunda língua buscando promover situações de igualdade visando uma inclusão social, na tentativa de garantir uma melhor

³http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/apresentacao/2018/apresentacao_Notas_Estatisticas_Censo_Escolar_2017.pdf. Acessado em: 03 de fevereiro de 2018.

comunicação através da Língua Brasileira de Sinais, colaborando para ampliar a autonomia dos alunos surdos.

Portanto, a partir desta lei de inclusão, viabiliza-se a educação bilíngue para crianças surdas, que é bastante importante uma vez que vai prever possibilidade de entender o processo de ensino a partir de um currículo comum, mas levando em consideração a diferença linguística da pessoa surda. Porém, mesmo com esse avanço, esta lei não tem como garantir a transmissão de informações de forma completa e adequada assim como não dá para assegurar o aprendizado dos professores para o ensino bilíngue.

A comunidade surda busca apoio na Lei de inclusão, mencionada acima, e no Decreto nº 5.626/2005 que detalha e regulamenta a Lei nº 10.436/2002 que reconhece a Libras como língua da população surda. Conseguindo desta forma, respaldar e garantir sua luta pela Educação Bilíngue, buscando efetivar o processo educacional de qualidade a ser ofertado ao surdo.

Neste sentido, de acordo com Lacerda, Santos e Martins (2016), pode ser percebido que no nosso país ainda existem duas formas de ver a educação dos surdos. De um lado o olhar de Salamanca e do Decreto 5.626/2005 que reconhecem a importância da Língua Brasileira de Sinais estar completamente inserida neste processo educacional, considerando a diferença linguística-cultural da comunidade surda. Do outro lado, o olhar que é defendido pela Política Nacional de Educação Especial, onde a Libras é aceita dentro do ambiente escolar como um instrumento, porém sem levar em consideração a importância da mesma, sem colocá-la como prioridade para os alunos surdos. Sendo assim, a educação não é construída em cima da língua oficial e de conforto dos surdos, obrigando estes alunos a adaptarem-se às metodologias que são pensadas para os alunos ouvintes, fazendo com que o intérprete receba a responsabilidade, que não lhe cabe, pelo processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos pedagógicos passados para os estudantes surdos.

A partir desse apanhado geral quanto às características do processo educacional brasileiro, vemos que a legislação existente no país é bastante rica e que nela, os direitos educacionais de todos os brasileiros estão assegurados. Contudo, na prática, o país não consegue alcançar efetividade no ensino nem de crianças ditas “normais” tampouco de crianças com especificidades que envolvem uma outra língua como é o caso do surdo. Desta forma, fica claro que a lei existe, mas não garante efetividade educacional a esta população. Além disso, como a

legislação às vezes permite interpretações diferentes e também não deixa explícito todos os aspectos envolvidos, acabam por permitir interpretações equivocadas e que podem ferir o desenvolvimento efetivo do processo educacional ao qual o surdo está exposto.

Assim é o caso das escolas bilíngues para surdos que apesar de citadas na lei 13.146/2015 não é incentivada pelo poder público que, de certa forma, negligencia a real educação das crianças surdas no país, pois já está bastante comprovado que a presença do intérprete de LS em sala de aula não é a garantia de efetividade no processo ensino-aprendizagem, havendo a necessidade de professores linguisticamente preparados.

Levando em consideração que é “humanamente” impossível um docente ouvinte ministrar uma aula em Língua Portuguesa (LP) na modalidade oral e em LS simultaneamente é compreensível que a única forma admissível é o docente ministrar sua aula para a maioria da turma ouvinte, como normalmente acontece, e o intérprete participa somente como mediador linguístico para os alunos surdos. Isso significa que, assim como diz Araújo (2013), não cabe ao intérprete educacional “ensinar” ao aluno surdo e sim, facilitar, promover, mediar a comunicação entre docente e aluno surdo, cabendo somente a este o papel de ensinar. Contudo, não acontece efetivamente nossas escolas brasileiras, já que os intérpretes não são vistos apenas como intermediador na sala de aula.

Portanto vê-se a presença do intérprete na escola como condição fundamental para o desenvolvimento das ações e interações educacionais considerando que em uma escola regular, há alunos surdos, e alunos e professores ouvintes ocupando os mesmos espaços acadêmicos, sendo que a língua circulante no ambiente, majoritariamente, é o português oral sendo que seu papel e sua função neste caso, não pode ficar deturpado ou distorcido.

Neste sentido, nossa análise apresenta a Categoria formação dos profissionais tendo como objetivo levantar a reflexão sobre as questões linguísticas que envolvem o aprendizado do aluno surdo, e identificar a relação dos professores com a Libras, levando em consideração a educação bilíngue a partir de um ambiente linguístico favorável para o surdo. Sendo assim, a formação dos profissionais é um ponto essencial para um melhor aprendizado, de forma justa e igualitária entre alunos surdos e ouvintes.

Foram dispostos na Tabela 1 já apresentada nos Resultados, o total de alunos surdos matriculados por escola no ano de 2017 e o total de professores que possuem algum conhecimento de Libras. Desta forma, podemos observar que a quantidade de docentes não é suficiente para a quantidade de alunos, havendo ainda escolas que não possuem profissionais com este conhecimento. Ou seja, o ambiente para estes alunos surdos, permanece de forma inadequada linguisticamente na maior parte das escolas.

Dando continuidade à análise dos resultados encontrados através de relatórios de visitas do Projeto PAIS, podemos perceber que o predomínio dos professores que possuem algum conhecimento de Libras é com nível básico, alguns tendo nível intermediário e apenas seis de um total de 56 são fluentes na LS. Este achado nos leva a refletir sobre a realidade das escolas neste sentido, pois entendendo que a escola tem o compromisso educacional e cabe ao professor ensinar, e que o intérprete de LS, como já abordado anteriormente, é apenas mediador linguístico, consideramos que este dado é bastante significativo, apontando para o despreparo docente.

É certo que não pretendemos aqui, culpabilizar o docente, ao contrário, pretende-se, ao polemizar esta questão solidarizar-nos a estes uma vez que é necessário que o poder público compreenda que nem todo docente “deseja” aprender outra língua, nem todo docente tem disponibilidade para isso, nem todo docente será bom professor deste alunado, da mesma forma que temos docentes para língua portuguesa, matemática, educação física e outros. Assim, respeitamos as diferenças individuais do docente e não atiramos sobre estes o peso da responsabilidade única pelo fracasso educacional do surdo, pois na atual situação encontrada, não há como ter segurança de um aprofundamento do conteúdo passado em sala de aula. Cabe ao intérprete mediar a língua, mas cabe ao docente ensinar aos alunos.

Tendo em vista que, como já citado acima, os professores mesmo sabendo Libras em escolas Regulares, não há como garantir o aprendizado de todos, não tendo como dar aula para ouvintes e surdos ao mesmo tempo, a não ser que todos os alunos saibam Libras ou que todos os alunos falem a LP. Assim como o nível de conhecimento de Libras destes não é garantia de um aprofundamento dos assuntos lecionados em sala de aula, além de que, possuir um bom vocabulário, não quer dizer ter boa conversação e muito menos dominar os sinais de uma aula em Libras.

Ou seja, o aprendizado dos alunos surdos torna-se superficial devido à falta de domínio linguístico para o que será ministrado na sala de aula. Ressalta-se ainda, as questões de estratégias pedagógicas necessárias na sala de aula, pois respeitando as diferenças linguísticas, deve-se igualmente respeitar as diferenças culturais e sendo assim, sabe-se que surdos e ouvintes aprendem de formas diferentes.

A partir destas reflexões levantadas até aqui quanto à formação docente e o ambiente linguístico favorável para a aprendizagem do surdo pode ser visto no estudo de Mallmann (2014), que precisa haver o reconhecimento de todos os profissionais presentes na escola, sobre a importância da Libras estar presente no ambiente escolar onde estes alunos estão inseridos. Tais afirmações são fruto do estudo mencionado que se constitui através de dados de entrevista com quatro professores do Ensino Médio e uma intérprete de uma escola Estadual referência na educação de surdos no Paraná, visando identificar a relação que os profissionais têm com a surdez e a Libras. Sendo este o mesmo objetivo trazido nesta categoria.

Após uma análise do ponto de vista profissional, viu-se a necessidade de entender com a Categoria de inserção educacional dos estudantes surdos como alunos estão divididos e nas salas de aula, já que estar inserido com estudantes ouvintes não é garantia de um bom aprendizado e muito menos de uma inclusão eficiente.

Seguindo com a análise dos dados encontrados nos relatórios do PAIS, foi possível identificar que nas seis Escolas Estaduais há um total de 185 alunos, sendo que 89 destes, estão na Escola F. Já nas Escolas Municipais há um total de três alunos⁴. Fica evidente a preferência familiar por escolas que possuam intérpretes ou professores que saibam Libras, fazendo com que os pais tenham o pensamento de que desta forma seus filhos estão recebendo os conteúdos equitativamente aos alunos ouvintes. O que não acontece de fato já que, como citado anteriormente, intérprete presente na sala de aula e pouco domínio da Libras pelos professores não é garantia de um processo de ensino-aprendizagem de qualidade.

Outro ponto importante de ser discutido é sobre a divisão dos alunos em sala de aula. Em todas as escolas visitadas os alunos surdos ficam nas suas respectivas séries e todos na mesma sala, porém em algumas das escolas os estudantes surdos

⁴ Ressalta-se o fato de que obteve-se apenas relatos de visitação em três escolas municipais na cidade de Salvador, sendo assim, é bastante possível que estes resultados sejam enviesados por esse quantitativo oferecido pelo PAIS até a presente data. Vale a pena que esse dado seja novamente analisado num futuro após a conclusão de visita es pelo projeto nas escolas do município.

ficam na mesma sala de criança com variadas deficiências, como exemplificado em um dos relatórios, pois uma das escolas que possui uma criança surda e outra com baixa visão são inseridos na mesma sala de aula. Convém refletir sobre este aspecto, pois tal organização pode dificultar o processo de aprendizagem de ambos os alunos devido à diferença de atenção que precisam durante as aulas.

Após analisar todas as entrevistas foi possível analisar que a comunidade surda ainda precisa de muita luta em prol de uma educação que leve em consideração as suas particularidades e a sua Língua de conforto, contando com apoio de professores, fonoaudiólogos, intérpretes e demais profissionais que apoiem a sua causa e entendam as necessidades educacionais que rodeiam o alunado surdo.

Conclusão

A partir de todas as discussões aqui levantadas, podemos concluir que o espaço educacional existente na cidade de Salvador ainda não se configura como o ideal para o processo e progresso do alunado surdo devido à falta de preparo das instituições e dos profissionais que lidam diretamente com a educação dos mesmos. Ou seja, a caracterização das Escolas Municipais e Estaduais não estão de acordo com o almejado pela comunidade surda, já que não possui um ambiente comunicativo ideal.

Durante todo o estudo foi possível perceber que há legislações e leis neste sentido, idealizando e legislando sobre ambientes linguísticos favoráveis para que as escolas com estudantes surdos estejam adequadas, porém, não é o que acontece na prática nas escolas frequentadas por tais estudantes, já que não são seguidos por completo e muitas vezes tais aspectos são ignorados.

Entendendo as limitações pertinentes a um Trabalho de Conclusão de Curso e também as limitações do próprio Projeto PAIS, que não conseguiu alcançar todas as escolas, devido à própria instância burocrática do Estado e Município necessárias às visitas, não foi possível trazer a magnitude e robustez de Escolas que possam retratar de fato como está o perfil das escolas que os surdos frequentam em Salvador. Porém, até aqui, vê-se um número considerável de estudantes inseridos nas escolas regulares e professores ainda não suficientemente preparados para atender a esta população. Vê-se também por este estudo, número insuficiente de

intérpretes presentes nas escolas o que, de fato, deve interferir a qualidade do ensino ofertado aos estudantes surdos.

É certo que este estudo limitou-se às questões estruturais do processo educacional e não no que diz respeito às práticas educacionais propriamente ditas, contudo, entende-se a relação existente entre estas: estrutura e qualidade de ensino e que são fortemente imbricadas uma na outra. Portanto, sugere-se que novos dados obtidos posteriormente a esta investigação sejam publicados e analisados através do PAIS e sendo possível, que o escopo de pesquisa se amplie de forma a constituir-se efetivamente, como um retrato do sistema educacional da cidade de Salvador disponibilizado à comunidade.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T.C.S. **O trabalho do intérprete de língua brasileira de sinais em escolas inclusivas: possibilidades e desafios.**2013. 113f. Dissertação (Pós-graduação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/14564/1/_00.Dissertacao.Thalita.corrigida.03.12.2013%20-%20com%20ficha_catalogografica%20print.pdf> . Acesso em: 01 março 2017.

ANDRADE, CFC. **Um novo olhar sobre a inclusão do surdo: os alicerces legais que permeiam esse processo.** Disponível em: <<http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/735>>. Acessado em 27 Fev. 2017.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais.** Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2017.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Brasília, D.O.U de 23 dez. 2005.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Brasília, D.O.U de 25 abr. 2002, p.23.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Presidência da**

República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, D.O.U de 7 de Julho de 2015.

BRASIL. Lei Nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Brasília, D.O.U de 21 de Dezembro de 1996.

BRUNO, MMG; COELHO, LL (2016). Discursos e Práticas na Inclusão de Índios Surdos em Escolas Diferenciadas Indígenas. **Educ. Real.** vol.41 no.3 Porto Alegre jul./set. 2016. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362016000300681&lng=pt&nrm=iso >. Acessado em: 26/09/2016.

CARVALHO, JSF.de. A produção do fracasso escolar: a trajetória de um clássico. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 569-578, Sept. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642011000300006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 04 May 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642011005000023>

LACERDA, CBF; ALBRES, NA; DRAGOL, SLS (2013). Política para uma educação bilíngue e inclusiva a alunos surdos no município de São Paulo. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 65-80, jan./mar. 2013. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/ep/v39n1/v39n1a05.pdf> >. Acessado em: 19/10/2016

LACERDA, C.; SANTOS, L.; MARTINS, V. Sala Libras Língua de Instrução. In: LACERDA, C.; SANTOS, L.; MARTINS, V. **Escola e Diferença: caminhos para educação bilíngue de surdos.** EduUFSCar, 2016; p. 45

LOURENÇO, K. **Política Pública Linguística versus Educação Inclusiva: desvelando processos de exclusão de Surdos.** 1ª ed.-Joinville-SC: Asè Editorial, 2016.

MALLMANN, F.M., et al. A inclusão do aluno surdo no ensino médio e ensino profissionalizante: um olhar para os discursos dos educadores. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 20, n. 1, p. 131-146, mar. 2014. Disponível em <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 dez. 2016.

PEREIRA, N.; LIMEIRA, N.. Um olhar crítico para com a educação de surdos, In: PEREIRA, N.; LIMEIRA, N. **Escolas bilíngues de surdos: por que não?.** EDUA (editora da Universidade Federal do Amazonas), 2015; p.121.

SCHEMBERG, S; GUARINELLO, AC e MASSI, G (2012). O ponto de vista de pais e professores a respeito das interações linguísticas de crianças surdas. **Rev. Bras. Educ. Espec.** vol.18 no.1 Marília jan./mar. 2012. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382012000100003&lng=pt&nrm=iso&tling=pt >. Acessado em: 19/10/2016

SKLIAR, Carlos, 1999. **Atualidade da educação bilíngue para surdos**, volume 1, Porto Alegre.

_____, 2001. **A surdez, um olhar sobre as diferenças**. 2ª Edição, Porto Alegre.

SOUZA, Â.; TAVARES, T. **Políticas educacionais: conceitos e debates**. Curitiba: Appris, organizadores-3ªed., 2016.

STROBEL, KL (2006). **A visão histórica da in(ex)clusão dos surdos nas escolas**. ETD – Educação Temática Digital, Campinas, v.7, n.2, p.244-252, jun. 2006 – ISSN: 1676-2592. Disponível em: < <http://docslide.com.br/documents/inexclusao-surdos.html> >. Acessado em: 29/08/2016.

MEC – Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA - A ESCOLA**. Brasília, 2004. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aescola.pdf> >

MOURA, MC; LODI, ACB; HARRISON, KMP. **História e Educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais**. In: CAMPIOTTO, AR et al. Tratado de Fonoaudiologia. Editora: Tecmedd, 2005. Pag 327.

ANEXO A – Formulário de visita às Escolas

Este trabalho foi baseado no questionário pré-estabelecido e utilizado pelo projeto PAIS, segue a seguir:

Data: ___/___/_____	Entrevistador: _____
Nome da Escola: _____	
Respondente: _____	
Endereço: _____	
Contato: _____	
Web site ou mídia social: _____	
Quando começou a matrícula para surdos? _____	
O que levou a abrir matrícula para surdos? _____	

Tipo de Escola:	
<input type="checkbox"/> Municipal	
<input type="checkbox"/> Estadual	

<p>Como se auto-denomina:</p> <p><input type="checkbox"/> Escola regular</p> <p><input type="checkbox"/> Escola regular inclusiva</p> <p><input type="checkbox"/> Escola especial</p> <p><input type="checkbox"/> Escola de surdos</p> <p><input type="checkbox"/> Escola bilíngue</p> <p><input type="checkbox"/> Outro. Especificar: _____</p>
<p>Em caso de resposta OUTRO, justificar: _____</p> <p>_____</p> <p>_____</p>
<p>Criança Surda matriculada no ano de 2016:</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. Quantas? _____</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
<p>Intérprete:</p> <p><input type="checkbox"/> Sim. Quantos? _____</p> <p><input type="checkbox"/> Não</p>
<p>Em caso afirmativo, especificar o tipo de vínculo:</p> <p><input type="checkbox"/> Servidor municipal</p> <p><input type="checkbox"/> Servidor estadual</p> <p><input type="checkbox"/> CLT</p> <p><input type="checkbox"/> Prestador</p> <p><input type="checkbox"/> Outros. Especificar: _____</p>
<p>Séries/turnos oferecidos:</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino fundamental I</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino fundamental II</p> <p><input type="checkbox"/> Ensino médio</p> <p><input type="checkbox"/> EJA _____</p>
<p>Matrículas de surdos na escola ocorrem por:</p> <p><input type="checkbox"/> Proximidade do domicílio</p> <p><input type="checkbox"/> Pré-existência de surdos</p> <p><input type="checkbox"/> Determinação do município/estado</p> <p><input type="checkbox"/> Indicação (nesse caso especificar: _____)</p> <p><input type="checkbox"/> Escola específica para alunos surdos</p>
<p>Séries e salas com surdos:</p> <p><input type="checkbox"/> 1º ano EFI – n° de alunos/sala (____) / n° de salas (____)</p> <p><input type="checkbox"/> 2º ano EFI – n° de alunos/sala (____) / n° de salas (____)</p> <p><input type="checkbox"/> 3º ano EFI – n° de alunos/sala (____) / n° de salas (____)</p> <p><input type="checkbox"/> 4º ano EFI – n° de alunos/sala (____) / n° de salas (____)</p> <p><input type="checkbox"/> 5º ano EFI – n° de alunos/sala (____) / n° de salas (____)</p>

<input type="checkbox"/> 6º ano EFII – nº de alunos/sala (____) / nº de salas (____) <input type="checkbox"/> 7º ano EFII – nº de alunos/sala (____) / nº de salas (____) <input type="checkbox"/> 8º ano EFII – nº de alunos/sala (____) / nº de salas (____) <input type="checkbox"/> 9º ano EFII – nº de alunos/sala (____) / nº de salas (____) <input type="checkbox"/> 1º ano EM – nº de alunos/sala (____) / nº de salas (____) <input type="checkbox"/> 2º ano EM – nº de alunos/sala (____) / nº de salas (____) <input type="checkbox"/> 3º ano EM – nº de alunos/sala (____) / nº de salas (____) <input type="checkbox"/> EJA Ciclo I – nº de alunos/sala (____) / nº de salas (____) <input type="checkbox"/> EJA Ciclo II – nº de alunos/sala (____) / nº de salas (____) <input type="checkbox"/> EJA Ciclo III – nº de alunos/sala (____) / nº de salas (____)
Como os alunos são distribuídos por sala?
Há outras deficiências nas salas? <input type="checkbox"/> Sim. Quais? _____ <input type="checkbox"/> Não
Todos os estudantes surdos usam Libras? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Presença de intérpretes? <input type="checkbox"/> em todas as disciplinas <input type="checkbox"/> somente na disciplina de LP <input type="checkbox"/> nas disciplinas de: _____ <input type="checkbox"/> o(s) professor(es) sabe(m) Libras
Sala de Recursos Multifuncionais: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Apenas surdos <input type="checkbox"/> surdos e outras deficiências juntos
Professor da SRM: Nome:
Formação:
Descrever o conhecimento de Libras:
Que considerações você faz sobre a presença de alunos surdos na escola. Você é favorável ou não? Explique.

OBS: